

# As fontes de informação sobre o dia do fogo na Amazônia Estudo de caso lusó-brasileiro

**THAÍS BRAGA**

*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
da Universidade do Minho, Braga, Portugal*

**SANDRA MARINHO**

*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
da Universidade do Minho, Braga, Portugal*

**ID 2543**

Recebido em  
**26/07/2021**

Aceito em  
**04/10/2021**

Objetivou-se identificar as fontes de informação no discurso jornalístico da *Folha de S.Paulo* (Brasil) e do *Público* (Portugal) sobre o dia do fogo na Amazônia e compreender como foram acionadas. Recorreu-se à hermenêutica de profundidade como suporte teórico-metodológico. Utilizou-se a análise de conteúdo como técnica para classificar as fontes de informação com base em canais de produção rotineiros e não rotineiros. Observou-se que o discurso dos dois jornais se apoiou principalmente em fontes de informação rotineiras, entretanto, as diferentes práticas jornalísticas evidenciaram temas científico-ambientais e políticos na *Folha de S.Paulo*, e um tema internacional no *Público*.

**Palavras-chave:** Amazônia. Hermenêutica de profundidade. Fontes de informação. Folha de S.Paulo. Público.

## News Sources about the Day of the Fire in the Amazon: a Portuguese-Brazilian Case Study

It was aimed to identify the news sources in the journalistic discourse of *Folha de S.Paulo* (Brazil) and *Público* (Portugal) about the day of fire in the Amazon and understand how they were triggered. Depth hermeneutics was used as a theoretical-methodological support. Content analysis was used as a technique to classify news sources based on routine and non-routine channels of production. It was observed that the discourse of the two newspapers was based mainly on routine news sources, however, the different journalistic practices highlighted scientific-environmental and political themes in *Folha de S.Paulo*, and an international theme in *Público*.

**Keywords:** Amazon. Depth hermeneutics. News sources. Folha de S.Paulo; Público.

## Fuentes de información sobre el día del fuego en la Amazonía: un estudio de caso portugués-brasileño

El objetivo fue identificar las fuentes de información en el discurso periodístico de *Folha de S.Paulo* (Brasil) y *Público* (Portugal) sobre el día del fuego en la Amazonía y comprender cómo se desencadenaron. Se utilizó la hermenéutica profunda como soporte teórico-metodológico. El análisis de contenido se utilizó como técnica para clasificar las fuentes de información en función de los canales de producción rutinarios y no rutinarios. Se observó que el discurso de los dos periódicos se basó principalmente en fuentes de información rutinarias, sin embargo, las diferentes prácticas periodísticas destacaron temas científico-ambientales y políticos, en *Folha de S.Paulo*, y un tema internacional, en *Público*.

**Palabras clave:** Amazon. Hermenéutica profunda. Fuentes de información. Folha de S.Paulo. Público.

## Thais **BRAGA**

Doutora em Ciências da Comunicação. É jornalista na Universidade Federal do Pará (Brasil) e investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (Portugal).

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Braga, Portugal

**E-mail:** [thaislcbraga@gmail.com](mailto:thaislcbraga@gmail.com)

### **ORCID**



## Sandra **MARINHO**

Doutora em Ciências da Comunicação. É docente no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Portugal). Seus principais interesses de investigação são o ensino do jornalismo e a qualidade do jornalismo, e ensina maioritariamente na área das Metodologias de Investigação

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Braga, Portugal

**E-mail:** [marinho@ics.uminho.pt](mailto:marinho@ics.uminho.pt)

### **ORCID**



## Introdução

“Precisamos mostrar para o presidente que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando. Para formar e limpar nossas pastagens é com fogo” (PIRAN, 2019). Segundo o periódico *Folha do Progresso*, da cidade de Novo Progresso, no estado do Pará, no Brasil, esta foi a sinalização de agropecuaristas do entorno da BR-163 (rodovia longitudinal, também chamada de rodovia Santarém-Cuiabá, que conecta a Amazônia às regiões Sul e Centro-oeste brasileiras) para o presidente Jair Bolsonaro (2019-atual) – este que, desde o início do seu mandato, implantou medidas favoráveis à destruição ambiental (TUFFANI, 2019). Por meio de um grupo de WhatsApp, setenta pessoas organizaram o dia do fogo na Amazônia: arrecadaram dinheiro para a compra do combustível e para a contratação de “motoqueiros” para espalhar o líquido inflamável pela floresta. Num único dia, 10 de agosto de 2019, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou uma explosão de focos de incêndio nas cidades de Novo Progresso e de Altamira, no estado do Pará (CAMARGOS, 2019). Algum tempo depois, a queima espalhou-se para outros biomas brasileiros: o Cerrado e o Pantanal. Neste artigo, admite-se o dia do fogo na Amazônia como um caso. Em concordância com Orozco e González (2012), estudos de caso consistem em investigações densas com finalidade comparativa em que deve ser possível captar outros elementos do contexto maior, sem necessariamente ser representativo dele. Na explicação de Noor (2008), um caso refere-se a um acontecimento, uma entidade, um indivíduo ou uma unidade de análise. Trata-se de uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Para tanto, utiliza várias fontes de evidência, bem como preocupa-se com como e por que as coisas acontecem.

Partiu-se, aqui, da pergunta: quais foram as fontes de informação predominantes no discurso jornalístico da *Folha de S.Paulo* (Brasil) e do *Público* (Portugal) sobre o dia do fogo na Amazônia e como elas foram acionadas? Não existindo uma maneira única de desenvolver um estudo de caso, optou-se por compreendê-lo por meio do discurso jornalístico. De acordo com Charron e Bonville (2016), enquanto prática de comunicação pública, o discurso jornalístico implica ostensivamente numerosos interlocutores acerca de uma parte da realidade que interessa a todos – prática esta mais ou menos institucionalizada, porque as convenções que a regem têm relativa coerência no tempo e no espaço, mas sempre organizacional, pois situa-se dentro ou em torno de uma organização permanente (a redação) que regula as relações entre os agentes da comunicação.

Selecionou-se os jornais *Folha de S.Paulo* e *Público* como os interlocutores deste estudo, dado que, desde julho de 2020, ambos ofertam assinaturas digitais conjuntas, sob o argumento de que compartilham não apenas a língua portuguesa, mas também uma cultura e um código de valores, nomeadamente o compromisso com a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos (CARVALHO; DÁVILA, 2020). Em certa medida, os periódicos refletem o que afirma Franklin (2012): os jornais não mais se limitam à produção de notícias em papel, pois têm se adaptado editorial e financeiramente para acomodar inovações em tecnologias mediáticas e mudanças nos requisitos do mercado. Outrossim, a comparação internacional visa à identificação de similaridades e diferenças entre as nações, evitando banalidades e estereótipos. Consoante Livingstone (2003), trata-se de um meio útil para determinar o que é diferente em um país, ou seja, consiste numa estratégia para se “ver melhor”, em vez de tirar conclusões comparativas mais gerais.

Como suporte teórico-metodológico, recorreu-se à Hermenêutica de Profundidade (HP). Desenvolvida por Thompson (2011, p. 33), a HP oferece orientações concretas para a investigação sócio-histórica, uma vez que associa métodos particulares de análise “como estágios parciais dentro de um enfoque metodológico mais abrangente”. Também evidencia que as construções simbólicas estão inseridas em contextos sociais e históricos de diferentes tipos, por isso estão estruturadas internamente de várias maneiras. São articulados três procedimentos principais: 1) análise sócio-histórica, que investiga as condições sociais e

históricas de produção, circulação e recepção das construções simbólicas; 2) análise formal ou discursiva, que examina a estrutura complexa e articulada das construções simbólicas; 3) reinterpretação, que explana por síntese criativa o que foi dito ou representado pelas construções simbólicas.

Este artigo, que entende o discurso jornalístico sobre o dia do fogo na Amazônia como uma construção simbólica, em concordância com a HP, estrutura-se da seguinte forma: na análise sócio-histórica, contempla-se (1) o entendimento do dia do fogo na Amazônia a partir da disputa territorial decorrente das políticas desenvolvimentistas do governo federal brasileiro; (2) a importância das fontes de informação na produção do discurso jornalístico; e (3) a caracterização dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Público*. Na análise formal ou discursiva, apresentam-se (1) os procedimentos metodológicos (desenho de estudo, técnicas/instrumentos de recolha e de tratamento de dados); e (2) as fontes de informação identificadas no *corpus*, com base na tipologia proposta por Wheatley (2020) de canais de produção rotineiros e não rotineiros. Na reinterpretação, explica-se os padrões e sentidos observados no objeto de análise.

## Análise sócio-histórica

### *A expansão da fronteira amazônica*

Na avaliação de Klanovicz (2019), o dia do fogo na Amazônia materializou o manifesto dos agropecuaristas do estado do Pará contra o que o governo de Jair Bolsonaro chama de “inimigos do Brasil”: ambientalistas, organizações não governamentais (ONGs), europeus, cientistas, universidades, mulheres, povos indígenas, negros e pobres. Para compreender a motivação alegada pelos agropecuaristas de que “queriam trabalhar” para “desenvolver” a Amazônia, é preciso observar os movimentos da fronteira no último século. Fala-se em fronteira amazônica porque se percebe a floresta não apenas como uma fonte de biodiversidade, mas também como um espaço socialmente produzido pelas dimensões ecológica, econômica, lúdica, funcional, bem como pelas representações simbólico-culturais (TRINDADE JR., 2013). Outrossim, porque, em vez de uma linearidade histórica, na Amazônia há o (des)encontro de temporalidades, visto que os diferentes sujeitos que a ocupam têm concepções de vida e visões de mundo díspares.

Segundo Bueno (2002), a Amazônia entrou no rol de preocupações governamentais com Getúlio Vargas (1930-1945), que propôs a integração nacional a partir de rodovias com base na ideia de “vocações regionais”. Para o então presidente, as regiões brasileiras deveriam se complementar em prol do desenvolvimento do país. Vendo a Amazônia como um “espaço vazio” em decorrência de sua baixa densidade demográfica, e com vocação extrativista, o governo federal objetivava atrair pessoas para ocupar a fronteira amazônica. Em Becker (1996), vê-se que as políticas governamentais se intensificaram a partir do golpe de 1964, pois os militares argumentavam pela defesa da soberania nacional, pela modernização da indústria brasileira e pela redistribuição territorial de investimento de mão de obra sob forte controle social. Estabeleceu-se, assim, uma mudança fundamental na organização sociopolítica e econômica da Amazônia.

Schmink e Wood (2012) explicam que os incentivos fiscais possibilitaram a apropriação de terras pelas elites regionais, bem como o investimento em atividades agropecuárias – as quais, em determinados locais, competiam com as atividades extrativistas. Além disto, os comerciantes passaram a cobrar de seus clientes o pagamento de dívidas, apropriando-se de suas terras como forma de pagamento e, então, cobrando renda ao produtor pela continuidade no uso da terra ou sobre os seus produtos. Segundo os autores, a nova elite econômica que se formou na Amazônia buscou garantir direitos legais sobre vastas áreas, consolidando imensos latifúndios e defendendo-os com violência, quando necessário – tanto para vincular os trabalhadores aos patrões quanto para proteger-se dos ataques dos povos indígenas. Igualmente, a atividade mineradora – impulsionada a partir de 1970, sobretudo nas cidades de Santarém e de Itaituba, bem como em Serra Pelada, garimpo próximo à cidade de Marabá, todas no estado do Pará – consolidou a formação de um grupo social distinto, que vive em enclaves isolados do resto da população: os garim-

peiros. Tal como os pequenos agricultores, os garimpeiros também se envolveram nas disputas fundiárias e no confronto com os povos indígenas e com as tropas federais. Dada a ausência de organizações sociais pré-existentes capazes de resistir às novas apropriações, tornou-se a fronteira amazônica palco de vários conflitos fundiários e ambientais.

Castro (2005) aponta que o estado do Pará faz parte do Arco do Desmatamento, isto é, de uma área que soma as maiores taxas de queimada da floresta amazônica em função, maioritariamente, da atividade pecuária seguida da atividade de grãos (soja). Neste cenário, destacam-se, de forma negativa, São Félix do Xingu (e Terra do Meio) e a BR-163, entre os municípios de Santarém e Novo Progresso. Além das alterações ambientais, as queimadas na Amazônia também revelam outros problemas sociais, nomeadamente a violência. Castro (2005, p. 12) afirma que os conflitos e as tensões territoriais, em decorrência da disputa de terra e de recursos naturais, acabaram por associar à Amazônia a ideia de “um lugar de pistolagem, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas”.

Observa-se, portanto, que o dia do fogo na Amazônia insere-se numa ambiência de disputa territorial. Na visão de Souza (2018), é da natureza do território repercutir relações de poder, ou seja, de dominação e/ou influência em determinado espaço social, cujas motivações para podem estar relacionadas a questões culturais ou econômicas. Para Gutsche Jr. e Hess (2019), o território revela os significados atribuídos a um determinado lugar reivindicado por diferentes atores sociais. O comportamento social, em um ciclo de manutenção pelas forças institucionais, restabelece o território como a maneira correta de se apropriar desta parte do espaço. Segundo os autores, é na capacidade de mediar os discursos entre os diferentes públicos, bem como moldar valores, regras e práticas ritualísticas que se estabelece a relação entre território e jornalismo.

### *O discurso jornalístico e as fontes de informação*

De acordo com McNair (1998), o discurso jornalístico, como construção social que resulta da produção centrada na redação, envolve rotinas e limitações estabelecidas pelos prazos e pressões competitivas. Neste ambiente, um regime de práticas se forma a partir de procedimentos regulares, repetidos cotidianamente, de forma a estruturar e organizar rotinas, bem como determinar o que fazer. Na definição de Ahva (2017), além de ser uma manifestação reconhecida, regular e personificada, a prática consiste numa enunciação que combina atividade (movimentação, manuseio), materialidade (coisas, objetos) e reflexividade discursiva (descrição, compreensão). Por isso o jornalismo, que se caracteriza por atos de rotina, envolve práticas centrais regulares de seleção, produção e distribuição de informações para um público não conhecido previamente.

Neveu (2005) observa que, ao dominar o imprevisto com a ajuda de rotinas, o jornalista demonstra capacidade intuitiva e eficaz em matéria de triagem do fluxo de informação, ou seja, em detectar o valor da informação e transformá-la em notícia. Em concordância com esta ideologia profissional, que reflete acerca dos procedimentos que os jornalistas aplicam para realizar o seu trabalho, Berkowitz (2009) afirma que o trabalho do jornalista consiste numa tarefa cotidiana de agendamento:<sup>1</sup> as fontes de informação são o que deve ser agendado. Alguns casos, em decorrência da limitação do prazo ou da disponibilidade da fonte, revelam-se mais complicados do que outros; no entanto, os repórteres necessariamente precisam encontrar fontes de informação que possam ser prontamente programadas e sejam capazes de fornecer os dados procurados de forma concisa e gerenciável. Somente após esta etapa, opera-se um novo modo de trabalho, isto é, de interpretação das informações recebidas.

<sup>1</sup> Agendamento (*scheduling*) é aqui empregado no sentido de marcação de entrevistas, de contato com as fontes de informação. Não confundir com a teoria do agendamento (*agenda-setting*).

Pinto (2000) define fontes de informação como vestígios na forma de falas, documentos e/ou dados produzidos por pessoas, grupos ou instituições sociais. Da mesma forma, remetem a posições e a relações sociais, a interesses e a pontos de vista, bem como a quadros espaço-temporais. Lopes (2016) afirma que as fontes de informação são fundamentais para a compreensão dos discursos jornalísticos e, por conseguinte, para o conhecimento do espaço público que os *media* constroem. Segundo Berkowitz e Beach (1993), a interação entre os jornalistas e as fontes de informação consiste numa força importante que molda o discurso jornalístico, dado que boa parte das notícias resulta dos esforços de comunicação das próprias fontes para que sejam ouvidas.

Em Neveu (2005), reconhece-se a profissionalização das fontes de informação, isto é, a capacidade que elas têm de desenvolver uma racionalidade estratégica na antecipação das rotinas e das práticas jornalísticas com objetivos os mais diversos: controle, sedução ou mesmo aproveitamento das debilidades de uma publicação. Para controlar a influência dessas fontes que fornecem, de pronto, materiais para divulgar, são necessários meios materiais, financeiros e humanos com vistas à recolha de informações originais. Pinto (2000) concorda que, ao longo do tempo, foram sendo constituídas instituições diversificadas com o objetivo de se posicionar estrategicamente no raio de ação dos *media* para lhes oferecer informações privilegiadas – por exemplo, as diversas formas de comunicação institucional. Trata-se de uma associação delicada entre os jornalistas e as fontes profissionais de informação, uma vez que os objetivos de ambos obedecem a lógicas díspares. O autor reitera que o discurso jornalístico advém da habilidade do jornalista em construir um “patrimônio” de fontes confiáveis – que é do próprio jornalista, e não do periódico para o qual trabalha –, porém distanciando-se criticamente delas.

Sundar e Nass (2001) lembram que o conceito de fonte serviu como alicerce para vários modelos, teorias e variáveis nas Ciências da Comunicação, no entanto, de alguma forma, as fontes ainda precisam ser mais bem investigadas, sobretudo quando se considera a produção de notícias on-line, na qual se revela tênue a linha entre o que ou quem é a fonte de informação. Para os autores, do ponto de vista psicológico, a fonte consiste naquilo que a audiência imagina que ela seja – neste sentido, o computador ou a internet podem ser considerados fonte. Porém, do ponto de vista ontológico, fonte é aquilo que ela faz. Tiffen *et al.* (2014) defendem a compreensão do discurso jornalístico não apenas segundo o valor das informações, mas também consoante quais informações chegam ao conhecimento dos jornalistas e por meio de quais canais de produção.

Zhang e Li (2019) discutem a consolidação dos *media* sociais e dos canais digitais como sendo um tipo específico de fontes de informação, principalmente quando os jornalistas têm dificuldade para acessar uma situação mais recente em determinado local, em tempos de crise ou durante eventos de última hora, e, ainda, quando se faz necessário ampliar a diversidade de vozes dos informantes sobre celebridades ou políticos. Segundo os autores, torna-se particularmente desafiador para os jornalistas o processo de verificação desse enorme conjunto de informações que circula on-line.

Outrossim, as agências de notícias têm aumentado consideravelmente suas bases de clientes e usuários, evidenciando seu papel como fontes de informação – pois os jornalistas tendem a aceitar, sem verificação, o conteúdo que recebem das agências de notícias – ao contrário do que acontece com as outras fontes de informação. Boyd-Barrett (2012) lembra que, tradicionalmente, as agências de notícias fortaleceram-se sob o viés da neutralidade em relação a seus clientes, o que contribuiu positivamente para sua imagem como fontes de informação. Na avaliação de Bielsa (2008), as agências de notícias produzem uma certa homogeneização de notícias internacionais ao impor, de maneira indireta, o que é digno de ser noticiado, e, também de maneira direta, ao fornecer produtos jornalísticos aos seus assinantes. Boumans *et al.* (2018, p. 1772) afirmam que, pelo fato de os jornalistas habitualmente incorporarem conteúdo subsidiado de agências de notícias, outros *media* ou profissionais de relações públicas em suas notícias, há um declínio na diversidade de pontos de vista, já que vozes com menos recursos não conseguem se fazer ouvir.

Wheatley (2020) reavalia alguns elementos da rotinização do trabalho jornalístico, visto que tendências diferentes – por exemplo, comunicados à imprensa “agitados”, a canibalização de conteúdo de outros *media* ou a divulgação de eventos programados – têm vários requisitos e são afetados por diferentes fatores, restrições e motivações. No contexto das organizações profissionais convencionais (locais ou nacionais), o autor desenvolveu uma tipologia de análise da rotinização das notícias e das práticas jornalísticas diárias, cuja estrutura compreende oito categorias de fontes de informação a partir de dois agrupamentos primários: canais rotineiros e não rotineiros. Cada um deles compreendem quatro subcanais (Figura 1). Por meio dos canais rotineiros, são fontes de informação: promocionais/comunicados de assessoria de comunicação; materiais não promocionais; outros *media*; e acontecimentos previsíveis. Pelos canais não rotineiros, são fontes de informação: acontecimentos inesperados; vazamentos; empreendimento; e relatórios especiais.



**Figura 1:** Tipologia das fontes de informação com base em canais rotineiros e não rotineiros

**Fonte:** WHEATLEY, 2020.

Wheatley (2020) explica que, em decorrência da natureza das notícias, muitas vezes são utilizados elementos de canais diferentes. Para manter a clareza metodológica, deve-se observar cada texto jornalístico como a unidade para qualquer aplicação dos oito subcanais, em vez de tentar rastrear suas origens. Da mesma forma, a tipologia evidencia não quem foi a fonte de informação, mas por meio de quais procedimentos os jornalistas construíram as notícias. Isto significa que uma mesma pessoa ou organização pode tanto ser classificada como fonte de informação rotineira quanto não rotineira, dependendo das suas intenções.

## Folha de S.Paulo e Público: dois olhares estrangeiros

No setor de periódicos diários, *Folha de S.Paulo* e *Público* destacam-se nos cenários brasileiro e português, nesta ordem. Ambos têm sistematizado um manual de redação (o jornal brasileiro, com o Projeto Folha; o português, com o Livro de Estilo), bem como passaram a investir na publicação de edições digitais em coexistência com as edições impressas no mesmo ano: 1995. Segundo Müller (2021), uma das primeiras

aproximações do *Público* da audiência do Brasil ocorreu em 2014, quando foi lançada uma versão brasileira do seu site – descontinuado em abril de 2020. Mesmo a ideia de ofertar assinaturas digitais conjuntas partiu do periódico português diante do crescente número de brasileiros residentes em Portugal<sup>2</sup> (FOLHA..., 2020). Entretanto, apesar das semelhanças, pelo menos 70 anos de existência separam um periódico do outro.

Lopes (2012) divide a trajetória da *Folha de S.Paulo* em quatro períodos: de 1921 a 1930, marcado pela ausência de planejamento editorial; de 1931 a 1945, quando a empresa se consolidou empresarialmente; de 1945 a 1962, quando se fortaleceu a estrutura organizacional e financeira da empresa; de 1962 aos dias atuais, quando a *Folha de S.Paulo* transformou-se num dos periódicos com maior índice de circulação e audiência do Brasil. Segundo o Instituto Verificador de Comunicação, a circulação total (digital e impressa) média mensal do periódico, em 2019, foi de 328.438 exemplares diários pagos. Em 2020, a média mensal subiu para 337.854.

Na visão de Albuquerque (2019), nas primeiras décadas após sua fundação, em 1921, a *Folha de S.Paulo* permaneceu sem grande importância, tampouco comprometida com a democracia. Inclusive, apoiou o golpe militar de 1964 e sustentou uma atitude aquiescente e discreta até quase o fim do período ditatorial. Somente a partir da década de 1970 é que o jornal deu início a uma postura mais ativa e conquistou prestígio político. Dias (2012) enfatiza que o enfrentamento à ditadura militar se deu por estratégia mercadológica, uma vez que os empresários perceberam que o jornal só poderia prosperar num regime democrático – em termos ideológicos, não discordavam de todo do governo militar: ambos objetivavam combater as ideias comunistas. Ao deixar de apoiar o regime militar no Brasil, a *Folha de S.Paulo* reestruturou-se como “um jornal de resistência, uma espécie de ‘porta-voz’ das necessidades da sociedade civil” (DIAS, 2012, p. 62).

Segundo um dos fundadores do *Público*, o jornalista e professor universitário Joaquim Fidalgo,<sup>3</sup> por volta de 1988 um grupo de jornalistas que trabalhava para o *Expresso* – no qual o próprio se incluía – teve a ideia de criar um jornal diário de qualidade e referência em Portugal, dado que a tradição lusitana era de periódicos semanais. Fidalgo afirma que, inicialmente, os jornalistas fizeram a proposta a Francisco Pinto Balsemão, dono do *Expresso*. Entretanto, como o empresário não mostrou interesse, solicitaram o apoio de outro investidor: o grupo Sociedade Nacional de Estratificados (Sonae) – liderado, àquela altura, por Belmiro Mendes de Azevedo. Entre 1988 e 1989, os jornalistas reuniram-se “clandestinamente”, uma vez que continuavam a trabalhar para o *Expresso* enquanto avançavam com os estudos para a criação do *Público*. O plano inicial era que o jornal fosse lançado em 2 de janeiro de 1990, contudo, em razão de problemas técnicos, só foi possível colocá-lo em circulação no dia 5 de março de 1990.

De acordo com a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação,<sup>4</sup> nos dois primeiros trimestres de 2021, a circulação paga digital do *Público*, que soma a venda de edições impressas e de assinaturas eletrônicas, foi de 39.182 e 40.778 exemplares, respectivamente. Ainda de acordo com Joaquim Fidalgo, o *Público* possui independência editorial desde sempre e, embora não politicamente marcado, posiciona-se à centro-esquerda. Em comparação com os demais periódicos portugueses de informação geral, uma das particularidades do *Público* é dispor de duas redações, uma em Lisboa e outra no Porto. Consoante Esteves (2019, p. 16), o *Público* “impôs-se como um jornal de referência português, ao aprofundar temas complexos e sempre dedicando parte da sua cobertura a assuntos globais, longe do território português”. Portanto, questões internacionais frequentemente permeiam o discurso jornalístico do *Público*.

<sup>2</sup> Dados de 2020 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras revelam que, dos 662.095 imigrantes regulares em Portugal, os brasileiros representam a maior comunidade: 183.993 pessoas (27,8% do total de estrangeiros). O número real de imigrantes brasileiros pode ser ainda maior, uma vez que as estatísticas desconsideram aqueles que obtêm a nacionalidade portuguesa. Ver: <<https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf>>.

<sup>3</sup> Informações coletadas por meio de entrevista semiestruturada em profundidade realizada em 2 de outubro de 2020, via Skype.

<sup>4</sup> Ver: <<http://www.apct.pt/analise-simples>>.

Como se vê, a *Folha de S.Paulo* surgiu como empresa jornalística há mais de 100 anos. Atualmente, trata-se de um grupo mediático fornecedor de conteúdos em diferentes formatos e plataformas (não apenas edições impressas), além de publicar o jornal popular *Agora São Paulo*. É, ainda, responsável pelo instituto de pesquisa Datafolha; pela agência de notícias Folhapress; pelo Centro Tecnológico Gráfico-Folha; pela TransFolha; pela FolhaGráfica; e pela São Paulo Distribuição e Logística. Já o *Público* faz parte da *sub-holding* Sonaecom, por isso caracteriza-se por possuir um conselho geral – que observa o jornal no panorama das diversas atividades da empresa multinacional – e uma direção editorial – que se atenta, de forma específica, para as questões jornalísticas. É seguro afirmar que o periódico brasileiro é o seu próprio investidor, enquanto o periódico português está à mercê dos interesses e das estratégias de mercado da Sonaecom.

Considera-se que *Folha de S.Paulo* e *Público* representam dois pontos de vista estrangeiros em relação à Amazônia. Kristeva (1994, p. 9) explica que, no plano da experiência, “o estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades”. Para a filósofa, o outro assume o lugar do estrangeiro, que torna a diferença que não se pode ou não se sabe como aceitar. Em Paes Loureiro (1995), percebe-se que o Norte e o Sul do Brasil se constituíram de maneira desarticulada, de forma que a Amazônia se consolidou isoladamente não apenas da Europa e da América Latina, mas também dos demais centros político-econômicos brasileiros, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo. Isto reforçou a associação da Amazônia ao atraso no tempo e no espaço. Portanto, ao produzir discursos sobre o dia do fogo na Amazônia, os dois jornais falam sobre o outro amazônico, que assume o lugar do estrangeiro e de quem não apenas se está distante temporal e espacialmente, mas também a quem pouco se (re)conhece.

## Análise formal ou discursiva

### Procedimentos metodológicos

O *corpus* deste estudo foi constituído por meio de amostragem não probabilística por casos típicos, uma vez que foram coletados textos jornalísticos publicados nos sites da *Folha de S.Paulo* e do *Público* entre agosto de 2019 e setembro de 2020, cujo tema central tenha sido o dia do fogo na Amazônia. Foram totalizados 60 textos do jornal brasileiro e 61 textos do jornal português. Com base nos procedimentos de investigação propostos por Quivy e Campenhoudt (2005), foram adotadas como técnicas/instrumentos de recolha de dados a observação direta,<sup>5</sup> por meio da grade de análise; também a observação indireta, que permitiu a interação com as pessoas envolvidas no caso, por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade. Guion, Diehl e McDonald (2011) defendem que, como técnica qualitativa de coleta de dados, as entrevistas em profundidade são adequadas para situações nas quais se deseja fazer perguntas abertas que suscitem profundidade de informações de relativamente poucas pessoas.

A partir da identificação dos jornalistas que mais produziram textos sobre o dia do fogo na Amazônia, por meio da observação direta, foram entrevistados Phillippe Watanabe, da *Folha de S.Paulo*, e Ricardo Cabral Fernandes, que trabalhou no *Público* entre junho de 2019 e agosto de 2020.<sup>6</sup> Por fim, para o tratamento dos dados, operacionalizou-se a análise de conteúdo consoante a tipologia proposta de Wheatley (2020), que classifica as fontes de informação com base em canais de produção rotineiros (promocionais/comunicados de assessoria de comunicação; materiais não promocionais; outros *media*; e acontecimentos previsíveis) e não rotineiros (acontecimentos inesperados; vazamentos; empreendimento; e relatórios especiais).

<sup>5</sup> Segundo os autores, a observação se trata do conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é submetido ao teste dos fatos e confrontado com dados observáveis. Trata-se de uma fase intermediária entre a construção dos conceitos e o exame dos dados utilizados. É importante não confundir com a observação direta como método, que se baseia na observação visual e cujas variantes são a observação participante de tipo etnológico ou a observação não participante.

<sup>6</sup> As entrevistas foram realizadas via Skype nos dias 15 e 17 de dezembro de 2020, respectivamente.

## Apresentação dos resultados

O discurso jornalístico da *Folha de S.Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia construiu-se com base em fontes de informação consultadas por meio de canais rotineiros e não rotineiros, com predominância dos primeiros, dado que foram identificadas as quatro subcategorias de fontes de informação rotineiras em 42 textos, ao passo que foram reconhecidos apenas dois subcanais de fontes de informação não rotineiras em 18 textos. Pelos canais rotineiros, as fontes de informação não promocionais foram predominantes em 20 textos. Foram elas o INPE, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Instituto Nacional de Meteorologia, o Corpo de Bombeiros do estado do Mato Grosso, o Corpo de Bombeiros do Acre, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, bem como instituições internacionais, como o Banco Mundial, a National Aeronautics and Space Administration e a European Space Agency; também ONGs, como a Observatório do Clima, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o Greenpeace e a World Wide Fund for Nature Brasil.

Outros *media* prevaleceram como fontes de informação em 12 textos. Foram identificados perfis do Twitter e do Instagram de pessoas ligadas ao governo federal – como o vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão e o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles – e de artistas nacionais e internacionais, como o ator estadunidense Leonardo DiCaprio, a modelo brasileira Gisele Bündchen e a cantora portuguesa Mariza, além das agências de notícias BBC News Brasil, Agence France-Presse (AFP), Reuters, Folhapress e Agência Brasil. Já as fontes de informação promocionais se evidenciaram em 7 textos. Observou-se, por exemplo, que Hamilton Mourão e Ricardo Salles, que se haviam manifestado acerca do dia do fogo na Amazônia pelas redes sociais, também foram classificados como fontes de informação promocionais quando, em conjunto com o então ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva, anunciaram o apoio das Forças Armadas para a contenção dos incêndios florestais. Da mesma forma, o anúncio da regulamentação da atividade mineradora em terras indígenas, no estado do Amazonas; os comunicados de assessoria de comunicação, tais como a carta aberta redigida pelo ex-ministro do Meio Ambiente do Brasil e o comunicado emitido por 230 fundos de investimento foram classificados como fontes de informação promocionais.

Reconheceu-se as fontes de informação previsíveis em três textos, cujos temas foram a participação do presidente Jair Bolsonaro na 74ª e na 75ª Assembleias-Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2019 e de 2020, respectivamente, e do vice-presidente Hamilton Mourão, em agosto de 2020, no Fórum Mundial Amazônia+21. Por sua vez, pelos canais não rotineiros, as fontes de informação do subcanal *empreendimento* foram determinantes em 9 textos, como a entrevista com o engenheiro florestal Tasso Azevedo, do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil, a ameaça do fogo à aldeia Japuira do povo Myky, na Terra Indígena Menku, em Brasnorte, no estado do Mato Grosso, ou o risco à vida do jornalista Adécio Piran, que havia antecipado o dia do fogo na Amazônia no jornal *Folha do Progresso*. Enfim, os relatórios especiais, evidenciados em textos de opinião ou nos textos dedicados à verificação dos fatos (fact checking), foram percebidos em 9 textos. Não houve registros de fontes de informação relacionadas a acontecimentos inesperados, tampouco a vazamentos.

O discurso jornalístico do *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia também se construiu a partir de fontes de informação consultadas por meio de canais rotineiros e não rotineiros, com predominância dos primeiros. Identificou-se os 4 subcanais rotineiros em 51 textos, porém apenas 2 subcanais não rotineiros em 10 textos. Pelos canais rotineiros, outros *media* foram predominantes em 29 textos. São exemplos: perfis no Twitter, como os dos presidentes francês e brasileiro, Emmanuel Macron (2017-atual) e Jair Bolsonaro, nesta ordem, e no Instagram, tais os do ambientalista e filantropo Nick Rose, da cantora portuguesa Mariza e do humorista português António Raminhos, além dos jornais brasileiros *Estadão*, *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *El País (Brasil)*, *Folha do Progresso*, o portal *G1*, a revista *Época*, o jornal britânico *The Guardian*, as agências de notícias Lusa, BBC Brasil, Reuters, AFP e Associated Press. Já as fontes de informação não pro-

mocionais predominaram em 8 textos. O INPE, o IPAM, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e o Greenpeace foram referências nas explicações sobre o dia do fogo Amazônia, bem como pesquisadores que tiveram seus trabalhos publicados em revistas científicas.

As fontes de informação promocionais evidenciaram-se em 7 textos, tais como: o comunicado assinado por 42 associações e coletivos portugueses; a nota emitida pela ONG Earth Alliance, impulsionada pelo ator Leonardo DiCaprio; a comunicação sobre a iniciativa “Uma dança pela Amazônia”, realizada em Lisboa, em agosto de 2019; o vídeo divulgado pela Associação Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; os dados do relatório independente encomendado pelo governo francês ao economista ambiental Stefan Ambec; além da declaração oficial do presidente português Marcelo Rebelo de Sousa (2016-atual). Igualmente, em 7 textos prevaleceram as fontes de informação relacionadas a acontecimentos previsíveis. As declarações do primeiro-ministro português António Costa (2015-atual), dos eurodeputados portugueses e de representantes de partidos políticos – nomeadamente, o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português e o Livre – são exemplos, uma vez que as informações foram coletadas a partir da relação com o parlamento português e/ou europeu. Destacaram-se, ainda pelos canais previsíveis, representantes do Pessoas-Animais-Natureza, do Partido Ecologista “Os Verdes” e da Coligação Democrática Unitária, que participaram de um protesto no Largo Camões, em Lisboa, em agosto de 2019.

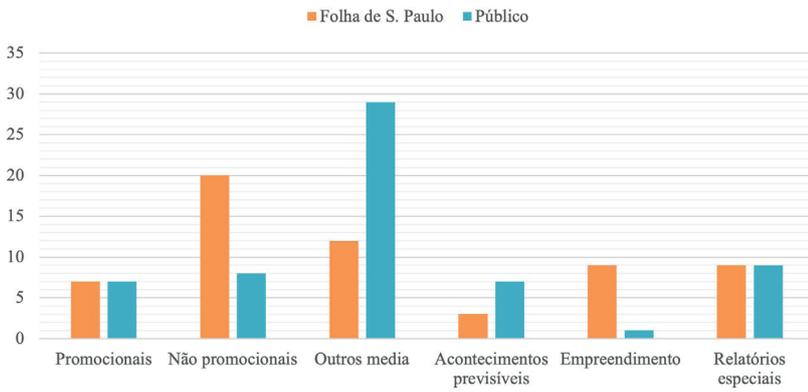
Por sua vez, entre os canais não rotineiros de fontes de informação, reconheceu-se o subcanal *empreendimento* em apenas 1 texto, que tratou da experiência da investigadora holandesa Fronika de Wit, da Universidade de Lisboa, quando ela esteve na Amazônia Legal, entre 2011 e 2016. Os relatórios especiais foram identificados em 9 textos, como os artigos assinados pelos jornalistas Manuel Carvalho (atual diretor do *Público*) e Ricardo Garcia; pelo parlamentar do BE, Pedro Filipe Soares; pelo fundador do partido Livre, Rui Tavares; e pelo pesquisador Marcos Colón. Da mesma forma que na Folha de S.Paulo, as fontes de informação relacionadas a acontecimentos inesperados ou a vazamentos não foram identificadas.

## Reinterpretação

A Figura 2 mostra que os jornais *Folha de S.Paulo* e *Público* consultaram fontes de informação sobre o dia do fogo na Amazônia a partir dos mesmos canais de produção, ou seja, maioritariamente canais rotineiros. Entretanto, cada periódico utilizou mais um ou outro subcanal de acordo com os recursos disponíveis, o que resultou em discursos distintos sobre o caso.

Em geral, os dois periódicos pouco utilizaram fontes de informação promocionais, o que vai ao encontro da postura crítica com que se apresentam e que faz de ambos jornais de referência em cada país. Os comunicados emitidos por entidades quaisquer, como ONGs ou coletivos, bem como os anúncios do governo brasileiro foram aproveitados pelos periódicos dentro de uma perspectiva maior, de tentativa de compreensão do dia do fogo para além dos incêndios florestais em si. Com base nas fontes de informação não promocionais, por exemplo, as instituições científicas brasileiras e internacionais, *Folha de S.Paulo* e *Público* produziram um discurso que evidenciou as mentiras do presidente Jair Bolsonaro acerca da gravidade do desmatamento na Amazônia.

Canais de fontes de informação sobre o dia do fogo na Amazônia



**Figura 2:** Canais de produção rotineiros foram predominantes em ambos os jornais

**Fonte:** Elaboração das autoras com base nos dados da investigação.

Segundo o jornalista Phillippe Watanabe, a *Folha de S.Paulo* possui um correspondente em Manaus, no estado do Amazonas: o jornalista Fabiano Maisonave. Foram deste as primeiras notícias sobre o dia do fogo na Amazônia. Porém, da sede da redação, em São Paulo, os demais jornalistas aprofundaram o assunto produzindo textos apoiados em dados do INPE e de outras instituições científicas. Na visão de Watanabe, as fontes de informação não promocionais contribuíram para elucidar que o dia do fogo na Amazônia não se tratou apenas de um debate de opinião entre opositores e defensores do presidente Jair Bolsonaro, mas sim de um grave problema socioambiental:

Algumas coisas são invariavelmente opinativas. Em questões políticas, principalmente, há conflitos ideológicos e partidários nos quais dificilmente é possível afirmar que um lado está completamente certo e o outro completamente errado. Mas em ciência há pouco mais de facilidade. Minha tentativa é sempre não transformar em um debate de opiniões, senão a gente corre o risco de colocar lado a lado coisas que são impossíveis de serem pesadas igualmente. É uma pessoa falando que a terra é plana e outra pessoa falando que não faz sentido. Eu acho importante apresentar os dados e mostrar de onde esses dados vieram, além, é claro, opiniões e estudos científicos feitos por pessoas que dedicam a vida a isto.<sup>7</sup>

As fontes de informação não promocionais evidenciaram questões científico-ambientais e políticas no discurso produzido pela *Folha de S.Paulo*, em concordância com a sua trajetória pós-ditadura militar de se colocar como defensora da sociedade brasileira e de oferecer resistência aos governos autoritários. Atualmente, o periódico brasileiro está atento aos desgovernos do presidente Jair Bolsonaro, porém é importante lembrar que, segundo Silva (2019), apesar do seu posicionamento político contemporâneo ser de centro-esquerda, foram recorrentes as críticas nele contidas aos governos do Partido Trabalhista, que estiveram à frente do executivo nacional entre 2003 e 2016. Na avaliação de Paixão Marcos (2018, p. 92), a *Folha de S.Paulo* afirma ser apartidária, independente e pluralista, porém, “na prática, mostra-se parcial na cobertura de determinadas questões”.

Watanabe explicou que, amiúde, os jornalistas da *Folha de S.Paulo* participam de treinamentos para manusear bancos de dados diversos. Isto é importante porque o INPE, uma das principais fontes de informação não promocionais sobre o dia do fogo na Amazônia, possui um vasto banco de dados ambientais, com destaque para o programa Queimadas,<sup>8</sup> que monitora a ocorrência do fogo no Brasil por meio de

<sup>7</sup> Informação verbal fornecida em entrevista.

<sup>8</sup> Ver: <<https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal>>.

imagens de satélite. Contudo, nem sempre essas informações são fáceis de serem interpretadas por não pesquisadores. O periódico brasileiro apropriou-se das informações científicas com perícia, incorporando-as aos textos, mas também as utilizando para produzir infográficos.

Por sua vez, o *Público* acompanhou o caso à distância, apoiando-se principalmente no trabalho dos *media* brasileiros, como a própria Folha de S.Paulo, mas também nos textos da agência Lusa. De acordo com o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, o periódico português destacou o dia do fogo na Amazônia, inicialmente, em razão de uma oportunidade: os incêndios florestais ocorreram em agosto, quando parte da equipe do *Público* estava de férias. Portanto, os desdobramentos puderam ser acompanhados sem grandes alterações na rotina da redação:

Eu tentava, das mais variadas formas, entrar em contato com as pessoas – pelo Facebook ou por e-mails pessoais ou institucionais. Nem sempre dava para ter acesso às fontes de informação, dependia do prazo que os editores davam. Se me dissessem ao meio-dia para escrever um artigo, dependendo do tamanho ou do ângulo que era pedido, era difícil falar com alguém. Principalmente por causa da diferença de fuso horário. Mas, se me dessem dois ou três dias, ou dissessem, por exemplo, numa terça-feira, para começar a preparar duas páginas para a edição do fim de semana, então já conseguia trabalhar de forma mais aprofundada, mais devagar e mais focada. Numa tarde, se eu quisesse falar com pessoas, nunca podia garantir que conseguiria antes do fechamento da edição. Portanto, tornava-se mais complicado. Havia pessoas que respondiam na hora, outras pessoas que respondiam dois dias depois.<sup>9</sup>

Apesar de contar com jornalistas especializados em ciência e meio ambiente no quadro do jornal, o discurso produzido pelo *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia teve feição internacional. Segundo Joaquim Fidalgo, o jornalismo internacional trata-se mesmo de uma das características do *Público* que faz dele um jornal cosmopolita, “que olha para o mundo como um todo, que faz noticiário local também, embora lhe interesse mais a perspectiva nacional e internacional”.<sup>10</sup> No entanto, o jornalista explica que o Brasil não é exatamente o país que mais chama a atenção do jornal, pelo menos não do ponto de vista político-econômico – neste aspecto, interessa mais o que se passa nos demais países europeus e, também, nos Estados Unidos:

Como as novelas brasileiras foram marcantes, em Portugal, depois do 25 de abril, acabava por o plano cultural ter um bocadinho mais de exposição, e não apenas o plano político. Atualmente, no *Público*, há muito mais contato e proximidade com o Brasil do que havia naquela altura. O fato de haver cada vez mais brasileiros em Portugal acaba por criar um interesse maior, não por ser o Brasil, mas por ser o que está mais presente na vida cotidiana dos portugueses.<sup>11</sup>

A representatividade brasileira foi importante para que o *Público* incluísse no seu discurso sobre o dia do fogo na Amazônia as fontes de informação relacionadas a acontecimentos previsíveis, por exemplo, as mobilizações e os protestos realizados nas principais cidades portuguesas: Lisboa e Porto. Embora tenha havido uma manifestação semelhante em São Paulo, em função das maiores distâncias físicas, não se observou tanto destaque desse tipo de fonte de informação na *Folha de S.Paulo* – o que reitera a característica de isolamento da Amazônia, explicada por Paes Loureiro (1995).

Ainda por meio do subcanal *acontecimentos previsíveis*, a *Folha de S.Paulo* destacou a participação de Jair Bolsonaro em fóruns internacionais, porém o fez com viés crítico: os discursos apresentados nas Assembleias-Gerais da ONU foram contextualizados, em função das informações falsas ou imprecisas ditas pelo presidente. Este ângulo não se repetiu no *Público*, que priorizou os partidos políticos portugueses

<sup>9</sup> Informação verbal fornecida em entrevista.

<sup>10</sup> Informação verbal fornecida em entrevista.

<sup>11</sup> Informação verbal fornecida em entrevista.

como fontes de informação previsíveis dada a ameaça de alguns Estados membros da União Europeia, como a França e a Holanda, de não ratificar do acordo comercial com o Mercosul. Neste jogo político-econômico de interesses em que o presidente Macron opôs-se diretamente ao chefe do Executivo brasileiro, o governo português tentou acalmar os ânimos dos dois lados – o que lhe rendeu críticas internas.

Não obstante o Brasil e o ambiente serem temas caros ao *Público*, Cabral Fernandes afirmou que não costuma haver treinamento para os jornalistas:

Não há grande formação, no *Público* – nem para temas ambientais, nem para os assuntos do Brasil. Pelo menos eu não vi e duvido que haja. No máximo, o que os jornalistas podem fazer – de sua espontânea e livre vontade, para se informar em certas temáticas – é ir a *workshops* e eventos, até mesmo para cultivar fontes. Portanto, parte muito do jornalista em si. Depois, é a leitura de livros, é acompanhar, é fazer a seleção de certos órgãos de comunicação social, mais dedicados a esta temática ou outra, revistas científicas etc. Ou seja, referenciar fontes bastante credíveis e ler muito. E, aos poucos, ir aprendendo. É um trabalho muito autodidata, muito de interesse do próprio jornalista, e não tanto como uma estrutura do jornal, uma preocupação mais formal da redação em termos de preparação do jornalista para aquela temática.<sup>12</sup>

Convém mencionar que as agências de notícias se destacaram como fontes de informação no subcanal outros *media* em ambos os jornais – o que reforça o entendimento de Boyd-Barrett (2012). Em especial, a Reuters forneceu a maior parte das fotografias aproveitadas pela *Folha de S.Paulo* e pelo *Público*. Isto mostra que os dois periódicos não investiram em recursos humanos para além do que já existia. Ou seja, usaram os jornalistas que tinham e compraram fotos de agências de notícias. A predominância das fontes de informação rotineiras corrobora esta interpretação, pois, para produzir o discurso sobre o dia do fogo na Amazônia, Watanabe e Cabral Fernandes não precisaram se deslocar da redação. Já para obter as fotografias, ou os jornais poderiam ter enviado profissionais para a Amazônia, ou poderiam ter contratado profissionais locais como *freelancers*. Uma terceira opção, conforme identificada no *corpus*, seria comprar imagens de agências de notícias. Em todo o caso, há um investimento que nem sempre se quer ou do qual se consegue dispor, e entre o texto (no sentido estrito) e a imagem, claramente, os recursos próprios dos jornais foram alocados para o texto.

Ainda no subcanal outros *media*, *Folha de S.Paulo* e *Público* mostraram que a busca por fontes de informação nos *media* sociais está plenamente consolidada como uma prática jornalística contemporânea – conforme apontado por Zhang e Li (2019) –, dado que ambos os periódicos recorreram em diversas oportunidades ao Twitter e ao Instagram. Entretanto, o periódico brasileiro distinguiu-se não apenas por reproduzir o pronunciamento das fontes de informação sobre o caso, mas também por submeter certas afirmações à verificação, por exemplo, do jogador português Cristiano Ronaldo e mesmo a do presidente francês Emmanuel Macron, que compartilharam imagens falsas sobre o dia do fogo na Amazônia pelo Twitter.

Ademais, reconheceu-se um maior esforço da *Folha de S.Paulo* em produzir textos que mostrassem diferentes pontos de vista sobre o dia do fogo na Amazônia para além das fontes de informação não promocionais ou mesmo das agências de notícias. Novamente, o trabalho dos vários correspondentes que o jornal mantém pelo Brasil, não apenas de Maisonnave, foi fundamental para ampliar as fontes de informação pelo subcanal *empreendimento*. Por fim, tanto *Folha de S.Paulo* quanto *Público* qualificaram seus discursos sobre o dia do fogo na Amazônia com base nos diversos artigos de opinião produzidos não apenas por jornalistas, mas também por políticos e investigadores, conforme apontado no subcanal *relatórios especiais*.

12 Informação verbal fornecida em entrevista.

## Considerações finais

Este artigo procurou mostrar quais foram as fontes de informação predominantes no discurso jornalístico da *Folha de S.Paulo* e do *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia e como elas foram acionadas. Observou-se que os dois jornais se apoiaram principalmente em fontes de informação consultadas por meio de canais rotineiros, com destaque para fontes de informação não promocionais, na *Folha de S.Paulo*, e outros *media*, no *Público*. Percebeu-se que o discurso produzido pelo jornal brasileiro tocou em questões científico-ambientais e políticas, o que condiz com sua trajetória contemporânea de resistência a governos autoritários (ainda que, no passado, tenha apoiado a ditadura militar), mas também reflete o investimento em treinamento e capacitação dos jornalistas para interpretar bancos de dados e informações científicas diversas. Da mesma forma, o discurso produzido pelo *Público* acerca de um tema internacional foi coerente com sua natureza de estar atento ao que se passa em vários locais do mundo, entretanto, dependendo do país e do assunto, a cobertura é feita sem correspondentes e resulta mais do esforço individual dos jornalistas.

Destaca-se que o discurso jornalístico produzido pelos dois jornais sobre o caso acompanhou a complexidade das relações sociais contemporâneas, principalmente a interface com a internet. Isto refletiu-se no apoio, cada vez mais consistente, em perfis dos *media* sociais e em bancos de dados on-line como fontes de informação. Em geral, na *Folha de S.Paulo*, as fontes de informação foram importantes para combater o negacionismo do presidente Jair Bolsonaro diante dos incêndios florestais; enquanto, no *Público*, as fontes de informação mostraram que o desmatamento na Amazônia afeta o mundo todo.

Numa perspectiva mais ampla, ainda que os discursos produzidos pela *Folha de S.Paulo* e pelo *Público* não representem a totalidade dos sentidos que circularam no espaço luso-brasileiro acerca do dia do fogo na Amazônia, a observação de como as fontes de informação foram acionadas pelos dois periódicos forneceu pistas sobre a prática jornalística contemporânea no Brasil e em Portugal. Ao que tudo indica, questões que envolvem a floresta amazônica pouco contemplam o olhar local, pois o discurso jornalístico – como produto de uma atividade rotineira por excelência – concentra-se, sobretudo, nas decisões tomadas por um governo federal que está não apenas distante espacialmente da Amazônia, mas também, em referência específica ao presidente de Jair Bolsonaro, dissonante ideologicamente. A ideia de destruição ambiental e do desmatamento, incorporada pelos agropecuaristas do estado do Pará que iniciaram os incêndios em 10 de agosto de 2019, é contrária ao que se espera de governos democráticos e comprometidos com o combate às alterações climáticas. Entretanto, com mais ou menos atrocidades, a política exploratória do governo brasileiro está em curso desde o início do século XX, e, de alguma maneira, esta é uma problematização que o jornalismo de referência luso-brasileiro ainda não se mostra capaz de fazer, uma vez que não coloca o outro amazônico como participante ativo do diálogo social. E mais: o enfrentamento político ao presidente Jair Bolsonaro, ainda que válido, parece ser mais importante do que, de fato, compreender as questões ambientais também pela ótica da população nativa.

As instituições de pesquisa acabam por se tornar as fontes de informação legítimas sobre a Amazônia. Com poucas fontes de informação locais, soa como se a Amazônia fosse mesmo um “espaço vazio” ou se tratasse “apenas” de uma grande floresta. A perspectiva de quem vive na fronteira amazônica e sofre as consequências das decisões governamentais praticamente não é contemplada – não à toa, este estudo demonstrou uma tendência menor em acionar fontes de informação não rotineiras. O Brasil continua a olhar para Amazônia pelas lentes dos centros econômico e político: São Paulo e Brasília, nesta ordem; e Portugal, dividido entre a língua portuguesa e a União Europeia, limita-se a reproduzir o olhar das elites brasileiras.

## Referências

- AHVA, L. Practice Theory for Journalism Studies. **Journalism Studies**, Abingdon, v. 18, n. 12, p. 1523-1541, 2017.
- ALBUQUERQUE, A. de. Journalism and Multiple Modernities: the Folha de S.Paulo Reform in Brazil. **Journalism Studies**, Abingdon, v. 20, n. 11, p. 1546-1562, 2019.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BERKOWITZ, D. A. Reporters and their Sources. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Orgs.). **The Handbook of Journalism Studies**. Nova York; Londres: Routledge, 2009. p. 102-115.
- BERKOWITZ, D.; BEACH, D. W. News Sources and News Context: the Effect of Routine News, Conflict and Proximity. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, Columbia, v. 70, n. 1, p. 4-12, Spring 1993.
- BIELSA, E. The Pivotal Role of News Agencies in the Context of Globalization: A Historical Approach. **Global Networks**, Oxford, v. 8, n. 3, p. 347-366, 2008.
- BOUMANS, J. et al. The Agency Makes the (Online) News World go Round: the Impact of News Agency Content on Print and Online News. **International Journal of Communication**, Los Angeles, v. 12, p. 1768-1789, 2018.
- BOYD-BARRETT, O. As agências nacionais de notícias na turbulenta era da internet. **Comunicação & Inovação**, São Paulo, v. 33, n. 57, p. 7-56, 2012.
- BUENO, M. F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 187 f. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- CAMARGOS, D. Fazendeiros e empresários organizaram “dia do fogo”, apontam investigações. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/fazendeiros-e-empresarios-organizaram-dia-do-fogo-apontam-investigacoes.shtml>>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- CARVALHO, M.; DÁVILA, S. Carta aos leitores do *PÚBLICO* e da Folha de S.Paulo. **Público**, Lisboa, 9 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2020/07/09/opiniao/editorial/carta-leitores-publico-folha-paulo-1923602>>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005.
- CHARRON, J.; BONVILLE, J. de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Organização e tradução de Fabio Henrique Pereira e Zelia Leal Adghirni. 1. ed. Florianópolis; Brasília: Insular; FAC, 2016.
- DIAS, A. B. **O presente da memória**: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S.Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. 203 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ESTEVES, P. R. P. de C. **A mediatização de regiões na secção Local de um jornal nacional:** o caso do jornal *Público*. 88 f. 2019. Relatório de Estágio (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2019.

FOLHA LANÇA PARCERIA de assinaturas com jornal português *Público*. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 jul. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/folha-lanca-parceria-de-assinaturas-com-jornal-portugues-publico.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FRANKLIN, B. The Future of Journalism: Developments and Debates. **Journalism Studies**, Abingdon, v. 13, n. 5-6, p. 663-681, 2012.

GUION, L. A.; DIEHL, D. C.; MCDONALD, D. Conducting an In-depth Interview. **University of Florida**, [s.l.], [s.p.], 2011. Disponível em: <[https://www.betterevaluation.org/en/resources/guide/conducting\\_an\\_in-depth\\_interview](https://www.betterevaluation.org/en/resources/guide/conducting_an_in-depth_interview)>. Acesso em: 19 jul. 2021.

GUTSCHE JR, R. E.; HESS, K. **Geographies of Journalism:** the Imaginative Power of Place in Making Digital News. Abingdon; Nova York: Routledge, 2019.

KLANOVICZ, J. Amazônia em chamas e uma nova cidadania ecológica global. **Estudios Rurales**, Bogotá, v. 9, n. 18, 2019.

KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIVINGSTONE, S. On the Challenges of Cross-national Comparative Media Research. **European Journal of Communication**, London, v. 18, n. 4, p. 477-500, 2003.

LOPES, F. Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. **Observatorio (OBS\*)**, Lisboa, v. 10, n. 4, p. 180-191, 2016.

LOPES, M. **Folha:** do manual ao jornal ou do jornalístico ao pedagógico. 191 f. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MCNAIR, B. *The Sociology of Journalism*. London: Arnold, 1998.

MÜLLER, M. S. **A cobertura jornalística da cultura na Folha de São Paulo e no Público (2012-2018):** um olhar cruzado entre Brasil e Portugal. 216 f. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2021.

NEVEU, É. **Sociologia do jornalismo**. Porto: Porto Editora, 2005.

NOOR, K. B. M. Case Study: A Strategic Research Methodology. **American Journal of Applied Sciences**, Vails Gate, v. 5, n. 11, p. 1602-1604, 2008.

OROZCO, G.; GONZÁLEZ, R. **Una coartada metodológica:** abordajes cualitativos en la investigación en comunicación, medios y audiencias. México: Tintable, 2012.

PAES LOUREIRO, J. de J. **Cultura amazônica:** uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

PAIXÃO MARCOS, P. S. M. Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 90-108, 2018.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o “mapeamento” do campo. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 2, n. 1-2, p. 277-294, 2000.

PIRAN, A. Dia do Fogo: produtores planejam data para queimada na região. **Folha do Progresso**, Novo Progresso, 5 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.folhadoprogresso.com.br/dia-do-fogo-produtores-planejam-data-para-queimada-na-regiao/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**: trajectos. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Tradução de Noemii Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Editora UFPA, 2012.

SILVA, A. L. P. da. **O discurso midiático sobre mudanças climáticas**: análise da cobertura ambiental de O Liberal e Folha de S.Paulo. 120 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SUNDAR, S. S.; NASS, C. Conceptualizing Sources in Online News. **Journal of Communication**, Nova York, v. 51, n. 1, p. 52-72, 2001.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Tradução de Carmen Grisci, Jefferson Bernardes, Marco de O. Muller e Rosana Nora. Petrópolis: Vozes, 2011.

TIFFEN, R. et al. Sources in the News: a Comparative Study. **Journalism Studies**, Abingdon, v. 15, n. 4, p. 374-391, 2014.

TRINDADE JR., S-C. C. da. **Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”**: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. Papers do NAEA, Belém, n. 321, p. 3-22, 2013.

TUFFANI, M. Bolsonaro sempre sinalizou que afrouxaria preservação ambiental. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/bolsonaro-sempre-sinalizou-que-afrouxaria-preservacao-ambiental.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

WHEATLEY, D. A Typology of News Sourcing: Routine and Non-routine Channels of Production. **Journalism Practice**, London, v. 14, n. 3, p. 277-298, 2020.

ZHANG, X.; LI, W. From Social Media with News: Journalists’ Social Media Use for Sourcing and Verification. **Journalism Practice**, Londres, v. 14, n. 10, p. 1193-1210, 2020.

## Informações para textos em coautoria

### Concepção e desenho do estudo

Thaís Braga e Sandra Marinho

### Aquisição, análise ou interpretação dos dados

Thaís Braga e Sandra Marinho

### Redação do manuscrito

Thaís Braga e Sandra Marinho

### Revisão crítica do conteúdo intelectual

Thaís Braga e Sandra Marinho

## Informações sobre o artigo

### Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

Este artigo é resultado da tese Narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia (2019-2020): o caso da Folha de S.Paulo (Brasil) e do Público (Portugal), desenvolvida por Thaís Braga e orientada por Sandra Marinho no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

### Fontes de financiamento

Não se aplica.

### Considerações éticas

Não se aplica.

### Declaração de conflito de interesses

Não se aplica.

### Apresentação anterior

Não se aplica.

### Agradecimentos/Contribuições adicionais

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).